



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volumes 64-65  
2012-2013

---

150 ANOS  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

---

  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES



# O CONDE DE SÃO JANUÁRIO, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (1896-1901)

---

João Luís Cardoso

Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Sócio efectivo da AAP

## **Resumo**

Apresenta-se estudo resumido da vida e obras do Visconde e depois Conde de S. Januário, de seu nome Januário Correia de Almeida, que sucedeu a Possidónio da Silva, por morte deste, como Presidente da Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, realçando-se as suas contribuições no âmbito do património histórico-arqueológico, bem como as iniciativas para a melhoria das instalações do Museu da Associação, como para o engrandecimento das suas colecções.

**Palavras-Chave:** S. Januário, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

## **Abstract**

We present a brief description of the life and career of the Viscount of St. Januário, Januário Correia de Almeida, who succeeded to Possidónio da Silva, after his death, in 1896, as the President of the Real Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses. Their contributions in the field of the study of the Cultural Heritage, as well as their initiatives in order to improve the expositive conditions of the collections of the Museum of the Association and new acquisitions he promoted are also briefly described.

**Keywords:** S. Januário, Associação dos Arqueólogos Portugueses (Association of Portuguese Archaeologists).

A 23 de Março de 1896 falecia na sua casa de Campolide Possidónio da Silva, fundador e Primeiro Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, cargo que assegurou desde a fundação da Instituição, em 1863. Tão marcante foi a influência do insigne Presidente, que durante algum tempo a presidência da Associação foi assegurada pelos dois vice-presidentes, Valentim José Correia, da Secção de Arquitectura, e o então Visconde de São Januário, da Secção de Arqueologia. Coube a este a honrosa tarefa de suceder a Possidónio da Silva como Presidente da Associação. A sua eleição foi realizada ainda em 1896, como consta de uma notícia local inserta no referido Boletim (7 (6/7), 1896, p. 112). Tendo falecido a 27 de Maio de 1901, depois de doença prolongada, a sua presidência, de cerca de quatro anos, foi caracterizada por uma actividade que não ficou a dever em nada à que conheceu a Associação no tempo do seu antecessor.

Vinha, com efeito, de longe a vinculação do Conde de São Januário à Real Associação, já que foi eleito Sócio Efectivo a 26 de Novembro de 1873, tendo presente as relevantes qualidades que então lhe foram reconhecidas, conforme se declara no respectivo Diploma, assinado pelo Presidente, Possidónio da Silva, e pelo Secretário, Valentim José Correia (Fig.1).

Por essa altura, já o Conde de São Januário detinha um notável currículo como militar, administrador, engenheiro e diplomata, integrando um escol de notáveis portugueses do seu tempo que tanto prestigiaram e engrandeceram o País, boa parte deles hoje quase completamente esquecidos. As qualidades do seu carácter que colocou à disposição da Associação, no decurso dos quase trinta anos que se seguiram à sua eleição, foram, afinal, as mesmas que caracterizaram toda a sua vida e que explicam o sucesso de todas as empresas – algumas de alto risco – que protagonizou, como os seus biógrafos justamente realçam. Foram os seus méritos e qualidades pessoais, postas ao serviço do País, que justificam a outorga, por El-Rei D. Luís, do título de Barão de São Januário, em 1866, depois Visconde em 1867 e finalmente Conde de São Januário, em 1889, bem como o reconhecimento de muitas nações que lhe outorgaram as mais altas condecorações: Grã-Cruz da Ordem da Coroa (Itália); Grã-Cruz da Ordem de São Maurício e São Lázaro (Itália); Grã-Cruz da Ordem Real do Cambodja; Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Sião; Grã-Cruz do Sol Nascente (Japão); Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica (Espanha); Grã-Cruz do Mérito Militar (Espanha); Grande Oficial da Legião de Honra



Figura 1 – Diploma de Sócio Efectivo da AAP do então Visconde de São Januário, assinado por Possidónio da Silva e Valentim José Correia, datado de 26 de Novembro de 1873. Foto e colecção do Autor.



Figura 2 – Retrato do Conde de São Januário, pintado por Félix da Costa, pertencente à AAP (foto de Henrique Ruas) e indicação da localização da medalha e da placa da Grã-Cruz de Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, reproduzidas ao lado. Fotos e coleção do Autor.

(França); Grã-Cruz de Leopoldo (Bélgica); Grã-Cruz de Ordem da Espada (Suécia); Oficial da Instrução Pública (França); e Grande Dignitário da ordem da Rosa (Brasil). Em Portugal, possuía os graus de Comendador da Ordem da Torre e Espada, Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, Grã-Cuz da Ordem Militar de São Bento de Aviz e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nossa Senhora de Conceição. Esta última era uma das condecorações mais queridas da Dinastia de Bragança, que ele significativamente destaca no seu retrato a óleo da nossa Associação, com a farda de General de Divisão, ostentando a faixa da Grã-Cruz, a placa correspondente e a medalha daquela Ordem (Fig. 2). Como militar, possuía ainda as Medalhas de Ouro de Comportamento Exemplar, a de Bons Serviços e a de Serviços no Ultramar.

Januário Correia de Almeida nasceu em Paço de Arcos, a 31 de Março de 1829, filho do Fidalgo da Casa Real do mesmo nome, Tesoureiro-Geral da Armada, e de sua mulher, D. Bárbara Luísa dos Santos Pinto, tendo falecido na mesma povoação, na sua Quinta da Portela, cuja casa solarenga, já demolida, ostentava na entrada a sua pedra de armas, ainda hoje conservada (Gonçalves, 1995, p. 177),

a 27 de Maio de 1901. Em sua homenagem e ainda em vida, foi inaugurada a 19 de Julho de 1900 a Avenida Conde de São Januário, modesta homenagem dos seus conterrâneos paçoarcoenses.

Assentou praça como voluntário na Companhia dos guardas-marinhas, e, depois de ter frequentado Escola do Exército, foi promovido a alferes de Cavalaria em 1846, tendo participado na subjugação da revolta popular conhecida pelo nome de *Maria da Fonte*, integrado no Regimento de Lanceiros 2 (Lisboa). Em 1849 matriculou-se na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, obtendo o grau de bacharel em 1853, reingressando à Escola do Exército, onde concluiu o curso de Estado-Maior, no qual fez toda a sua carreira militar. No ano seguinte ingressou no Ministério das Obras Públicas e, como engenheiro militar, devem-se-lhe inúmeras infra-estruturas em diversas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, para onde foi despachado Director dos Serviços de Obras Públicas naquele mesmo ano de 1854, tanto a nível das estradas de macadame que mandou construir, em substituição das picadas quase intransitáveis, como em equipamentos portuários. É o caso do belo edifício da Alfândega do porto do Mindelo, construído entre



Figura 3 – Inscrição existente na fachada da Alfândega da cidade do Mindelo (ilha de São Vicente, República de Cabo Verde), cujo projecto e direcção de obra se deveu ao futuro Conde de São Januário. Foto do Autor.

1858 e 1860, de excelente qualidade, que ainda hoje se mantém (Fig. 3). Com sua nomeação interina como Governador do arquipélago, em 1860, teve o ensejo de pôr em prática um ambicioso plano de melhoramentos, que envolveu a construção, na Cidade da Praia, de importantes estruturas portuárias (Almeida, 1860), recorrendo a um imposto de 3% sobre o valor de todas as mercadorias entradas e saídas, e de diversos edifícios, com destaque para o da Câmara Municipal e o do Liceu, criando assim as condições objectivas para o surgimento de uma elite local ilustrada, que cedo se afirmou. Na ilha de Santiago mandou abrir estradas e edificar quartéis, e na do Fogo deve-se-lhe o edifício da alfândega. Antes do seu regresso à metrópole, em finais de 1861, foi homenageado pela população local com a entrega de uma espada de honra e a cunhagem de uma medalha de ouro comemorativa. A energia e competência demonstradas auguravam-lhe mais altos cargos. Regressado à Metrópole, ocupou os cargos de Governador Civil do Distrito de Braga, em 1862, onde promoveu a Exposição Agrícola e Industrial de Braga, inaugurada pelos Reis de Portugal; logo no início de 1864 foi nomeado Comissário Régio no Distrito de Vila Real, com o mandato de sindicar sobre diversas irregularidades havidas nas eleições e tão bem se desempenhou que não só foi louvado nas duas Câmaras como promovido a Governador do Distrito do Porto onde, logo no ano seguinte (1865)

patrocinou a Exposição Internacional do Porto, cujo êxito lhe valeu a sua eleição como Deputado pelo mesmo círculo, pelo Partido Progressista, de que era militante. No relatório de sobre o estado geral do Distrito de foi Governador (São Januário, 1868), sublinhava a importância da Educação no progresso económico das populações, sendo deste modo coerente com a prática já anteriormente por ele concretizada em Cabo Verde. A atenção particular às condições de vida das populações, a sua competência técnica e militar, explicam que tenha sido nomeado Governador-Geral da Índia Portuguesa por carta régia de 9 de Fevereiro de 1870, cargo que assegurou até 1872. Parece difícil ter feito mais em menos tempo, desde a revolta de Volvoi, movimento insurreccional provocado pelo descontentamento da aplicação de medidas reformistas ao exército local, que estalou no final do ano anterior, com a agravante da existência preocupante de um generalizado estado de insegurança devido à presença de salteadores organizados que então infestavam aqueles domínios. A revolta foi rapidamente subjugada, com prudência e determinação, a ponto de a força expedicionária enviada da Metrópole já não ter sido necessária, tal como também não foi necessária a força inglesa que foi posta à sua disposição, e que ele, aliás, taxativamente recusou publicamente (por texto publicado no *Times of Índia*), pelo precedente que tal criaria para a soberania portuguesa. No opúsculo publicado em Bombaim, explicou detalhadamente os motivos que estiveram na origem da revolta e as medidas que adoptou para a debelar (São Januário, 1872). Como administrador, deve-se-lhe a reforma da moeda em circulação, fazendo cunhar nova moeda, bem como a introdução do selo postal, por portaria de 12 de Agosto de 1871, sendo clara a sua intenção de promover o progresso, tal como tinha feito em Cabo Verde, tomando como exemplo a Índia Inglesa de então.

Na imediata sequência desta sua bem-sucedida missão, o já então Visconde de São Januário é nomeado Governador de Macau e Timor, cargo que desempenhou entre 1872 e 1874. Mais uma vez vieram ao de cima as suas invulgares qualidades de

chefe militar e de administrador: dominou a actividade de piratas chineses que assolavam a região, mesmo na imediata vizinhança do porto da cidade, e conseguiu dos chineses o reconhecimento dos direitos dos Portugueses sobre a península de Hai-Nan, em documento datado de 1874 (São Januário, 1875). Este documento, aquando da implantação da República, foi subtraído do Paço de Vila Viçosa, e depois adquirido por um comerciante do Porto, que o ofereceu ao então Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, desconhecendo-se actualmente o seu paradeiro, assumindo especial importância por constituir uma prova documental do reconhecimento por parte da China dos direitos portugueses naquelas paragens (Fig. 4). Deve-se à sua acção a construção do Quartel e do Hospital Militar, além de equipamentos portuários, bem como a dotação dos fortes com peças de artilharia de grande calibre, salvando o território de um ataque de surpresa, a par da atenção e energia que dispensava às ocorrências mais inesperadas, como

as que resultaram da passagem de tufão a 23 de Setembro de 1874, dando o seu exemplo a todos os europeus aterrados pelas dimensões do desastre. Basta pensar que a violência do fenómeno arrojou à praia muitas embarcações, entre elas as canhoneiras Príncipe D. Carlos e Camões. E, ao participar pessoalmente no enterro e incineração dos três mil mortos da tragédia, evitou os riscos de epidemia aumentados pelo clima quente e húmido propício à decomposição dos corpos, por os trabalhadores chineses se terem recusado de início a participar em tais tarefas, num ambiente hostil onde o saque rapidamente se generalizaria, agravado pela proximidade dos piratas, que depois de repelidos da cidade, atacavam no mar os náufragos, não hesitando, sempre que necessário, no recurso ao uso força. Exemplo da sua determinação como Governador, é a ordem que deu a uma canhoneira portuguesa para recuperar uma embarcação, apresada pelos chineses e conduzida ao porto de Cantão, depois de esgotadas todas as tentativas pacíficas para resolver o diferendo. O seu nome ficou indelevelmente associado ao território, pelo respeito que incutiu em todos, mesmo nos seus poderosos vizinhos, como expressivamente se regista no Hospital que fundou, entretanto substituído por grande edifício aberto à população, que ainda hoje ostenta o seu nome (Fig. 5).

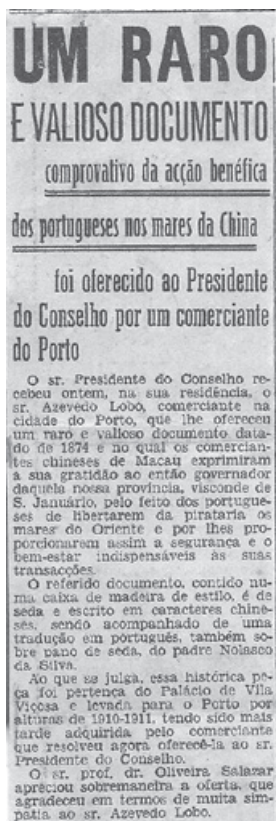


Figura 4 (à esquerda) – Recorte de notícia do Diário de Notícias alusiva a um documento de 1874 em que a China reconheceu o direito da administração portuguesa sobre a península de Hai-Nan, depois oferecido ao Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar. Foto e colecção do Autor.

Figura 5 (em cima) – Foto do Hospital Conde de São Januário, em Macau. Colecção do Autor.



Figura 6 – Ruínas de Angkor. Reprodução da gravura que acompanhou o artigo publicado em 1877 (São Januário, 1877). Foto e colecção do Autor.

É, pois, na altura da sua plena acção governativa em Macau que a Associação dos Arqueólogos Portugueses o elegeu seu Sócio efectivo. Com efeito, as qualidades do ilustre português não se resumiam às já mencionadas, como teve oportunidade de demonstrar no decurso da missão oficial que se seguiu, para a qual foi nomeado em 1874. Esta correspondeu a uma das fases mais notáveis da carreira do então Visconde de São Januário, como Ministro Plenipotenciário junto das Cortes da China, Japão e Sião (actual Tailândia), cujos resultados se verificaram logo em 1875.

No Boletim da nossa Associação relativo a 1876, iniciou então a publicação de um extenso artigo sobre a Arquitectura Khmer, que se prolongou por 1877 (São Januário, 1876, 1877), com base na visita que fez a Angkor (Fig. 6). Neste artigo analisa detalhadamente os materiais de construção utilizados, descrevendo as técnicas construtivas seguidas na edificação dos muros, torres, calçadas, colunas, abóbadas, torres, portas, tanques, pontes, calçadas e terraços, bem como as suas características estruturais e arquitectónicas, incluindo a disposição geral dos edifícios e a respectiva descrição. Detém-se também nos motivos ornamentais, bem como nas técnicas utilizadas, discutindo por fim a cronologia

daquelas imponentes construções, que compara, pela elegância, aos templos gregos e às catedrais góticas. Foi, assim, um dos primeiros europeus a visitar esses monumentos, menos de meia-dúzia de anos depois da sua existência ter sido revelada no Ocidente por uma expedição francesa durante os anos de 1866 a 1868, cujos resultados se publicaram em 1873, ou seja, apenas dois anos antes da sua apresentação nas páginas da revista portuguesa, não se limitando o autor a seguir os pioneiros franceses, no seu detalhado estudo. A sua estada no reino de Sião, actual Tailândia, originou a sua intervenção na luta dinástica que então estava a ponto de se tornar guerra civil: a coroa do reino era disputada por dois irmãos, o monarca reinante e um pretendente, apoiado por representantes diplomáticos das potências ocidentais. Foi então que São Januário interveio, convencendo-os de que tal estratégia constituía um erro, e o caminho mais rápido para a perda de influência das ditas potências na região. O diferendo foi resolvido a favor do Rei legítimo, Rama V Chulalongkorn, quinto soberano da Dinastia Chakri, que reinou de 1868 a 1910 e que foi responsável por um notável surto de desenvolvimento no País. Em agradecimento pelo notável serviço prestado, o Rei reconduzido ao Trono agradeceu



Figura 7 – Diploma da Grã-Cruz da Ordem da Coroa de Sião, assinada pelo Rei Rama V Chulalongkorn e datada de 14 de Janeiro de 1875. Pergaminho. Foto e colecção do Autor.

o Português com a Grã-Cruz da Coroa de Sião (Fig. 7), a 14 de Janeiro de 1875, por ele mesmo assinada. O seu reconhecimento foi ao ponto de escrever uma carta ao Rei de Portugal, D. Luís, de que foi portador o seu protector, convidando-o a visitar o seu Reino, datada de 1 de Abril de 1875 do Palácio Real de Bangkok. Se a sua acção junto das Cortes da China e do Sião foi notável, também junto da Corte do Japão aquela se fez sentir, com a reorganização do serviço consular português, tendo-lhe valido a outorga da Grã-Cruz do Sol-Nascente, estabelecida pelo Império nipónico nesse mesmo ano de 1875. Na cidade de Nagasaki, impressionou-se com uma ponte de cantaria de blocos graníticos, com dois arcos circulares, apoiados num pégão central, pelas semelhanças que tinha com tantas pontes da Metrópole, especialmente comuns na região norte, justamente designada pelos locais como “Ponte dos Portugueses”, pertencente à segunda metade do século XVI. Ao publicar sobre ela uma breve notícia, com minuciosa descrição, no Boletim da nossa Associação, declarou: “É indefinível o efei-

to, que, em nossa visita a Nagasaki, em mim e em meus companheiros, produziu a vista d’esta singela construcção! (...). Era a ponte da villa dos Arcos de Val de Vez, cercada dos ligeiros *chalets* japonezes, e da extravagante architectura das capellas Kamis e dos pagodes budhistas! (São Januário, 1877). A valia das investigações desenvolvidas no Extremo-Oriente revelaram-se também na comunicação que apresentou à Societé Académique Indo-Chinoise, da qual foi eleito Sócio Correspondente em 1880, cabendo o elogio do novo Académico a Eugène Gibert (Gibert, 1881), provando a prioridade das missões portuguesas naquela região do Mundo (São Januário, 1883).

Regressado a Portugal naquele mesmo ano de 1875, foi logo um dos fundadores da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), da qual foi o primeiro presidente da Direcção entre 1876/1877, sendo depois eleito seu Presidente Honorário. Ali desenvolveu, nos anos seguintes, notável actividade. Teve importante papel nas explorações africanas patrocinadas por aquela Sociedade, e interveio mais tarde nas iniciativas de carácter económico discutidas no seio da Comissão Portuguesa da Exploração e Civilização da África, ou simplesmente Comissão Africana a que presidia, sendo em 1883 eleito Presidente do Conselho Central da Sociedade.

Por Decreto de 14 de Maio de 1878, o Visconde de São Januário foi nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto dos Governos das Repúblicas sul-americanas, cujo desempenho foi já analisado por ilustres diplomatas (Costa, 1996; Corrêa, s/d), no que diz respeito, respectivamente ao Chile e ao Paraguay.

Missão à partida difícil e perigosa, e não apenas do ponto de vista de resistência física ou psíquica; com efeito, o Chile encontrava-se em guerra com o Peru e a Bolívia (Guerra do Pacífico), bem como lavrava guerra civil na Argentina, entre o Governo nacional e o Governo de Buenos Aires; e vivia-se ainda o rescaldo da guerra que opôs o Paraguay ao Brasil, Argentina e Uruguay (a *Tríplice Aliança*), que motivou paixões em Portugal especialmente pelo lado do Paraguay.

O objectivo desta missão foi o de reconhecer as potencialidades daqueles vastos mercados emergentes, numa perspectiva de diplomacia económica de envergadura inédita na época, firmando com os países visitados os primeiros tratados bilaterais da História Diplomática de Portugal. A escolha de São Januário deveu-se ao sucesso das suas missões anteriores, e sobretudo ao seu temperamento, firme e resoluto, mas igualmente prudente, animado pelo mais exigente espírito de missão, aliando a vasta cultura à larga experiência diplomática, acumulada no convívio entre povos muito distintos.

De facto, as visitas demoradas que sucessivamente efectuou às Repúblicas do Urugua, Paraguay, Argentina, Chile, Bolívia, Peru e México, resultaram na assinatura de dezasseis tratados oficiais que asseguraram as bases para a projecção das actividades comerciais portuguesas, ao mesmo tempo que projectaram o nome do País e fortaleceram a sua ligação com os milhares de súbditos residentes naquela vasta região, em boa parte envolvidos em importantes e diversificadas actividades económicas.

Tão grande foi o sucesso desta missão – tendo por secretário Pedro Gastão Mesnier, que já o havia acompanhado na sua missão ao Extremo-Oriente (1846-1884) – em que foi registando minuciosamente todos aspectos característicos dos países visitados, recursos naturais, características das populações e muitos outros indicadores relevantes dos Países visitados, como a Geografia, o território e o clima; a população; a descrição das diversas capitais; a emigração; o comércio; as finanças; a instrução pública; e as condições políticas, entre outras – que o seu Relatório foi publicado em Diário do Governo em Livro Banco do Ministério dos Negócios Estrangeiros, juntamente com os textos dos tratados celebrados. Preocupado em informar o público dos resultados obtidos, ele próprio promoveu a publicação desse Relatório na Imprensa Nacional, tornando-a acessível ao grande público. Prestou, assim, um serviço aos portugueses potencialmente interessados em investir naqueles mercados emergentes (São Januário, 1880). Foi esta obra e a missão que lhe estava subjacente que lhe valeu a

eleição como Sócio Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, a 17 de Fevereiro de 1881, como decorre da leitura da proposta (ACL, Processo Individual do Visconde de São Januário).

A esta Academia legou importante acervo etnográfico, resultante do seu espírito sempre desperto pelas culturas antigas dos Países que visitou. Ali se conservam nove artefactos de barro moldado, dos quais oito são recipientes zoomórficos ou fitomórficos (Fig. 8), das Culturas Chimú, dos Andes Centrais e Lambayeque, da costa norte do Peru, respectivamente produzidos entre os anos 1000-1476 e 600-1000 d.C. (Antunes e Cantinho, no prelo).



Figura 8 – Recipiente em forma de macaco, de argila moldada, a comer um fruto. Cultura Chimú. Andes centrais, Peru. Período Intermédio tardio, 1000-1476 d.C. (seg. Antunes e Cantinho, no prelo). Altura: 22,2 cm. Foto do Autor.

Esta faceta marcadamente cultural da sua actividade, reveladora de espírito atento e sempre motivado para divulgar em Portugal o património cultural de outros povos que com o País estão ou poderão vir a estar relacionados – aliás já evidenciado pelo importante e detalhado estudo sobre as ruínas de

Angkor, ou a forma como se emocionou perante a modesta ponte de Nagasaki – é condizente com o desejo de dotar as principais instituições científicas da capital com colecções que até então não existiam no País. Aquando do regresso do Oriente, acompanhou-o conjunto de peças orientais que expôs em 1878 na sua casa da Rua do Alecrim, em Lisboa, descritas em catálogo próprio, organizado com a ajuda de Gastão Mesnier (São Januário e Mesnier, 1877). Procurava assim chamar a atenção da sociedade lisboeta do seu tempo para múltiplas realidades culturais que esta desconhecia quase totalmente, apesar das centenas de anos de contactos com culturas do Extremo-Oriente (Sudeste Asiático, China e Japão). Dos 618 lotes inventariados no referido catálogo, alguns foram então leiloados, o que se compreende, porque os militares em missão no Ultramar não podiam trazer divisas das respectivas colónias para a Metrópole, vendo-se obrigados, antes do regresso, a comprar bens de vária ordem, para capitalizarem as economias reunidas. Dos restantes lotes, uns conservou pessoalmente; outros, cerca de 650, incluindo peças não inventariadas no dito Catálogo, foram colocados em depósito no Museu Colonial de Lisboa, então instalado na Rua do Arsenal, nesse mesmo ano de 1878, nas vésperas da sua partida para a América do Sul. Tal depósito tornou-se em doação do próprio, feita em 1892, tendo o dito acervo dali transitado para o Museu Colonial e Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa, extraviando-se, entretanto, uma parte muito considerável do mesmo (Cantinho, 2002).

Outro importante conjunto foi o oferecido ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, constituído por preciosos exemplares da arte pré-colombiana, recolhidos no decurso da missão efectuada, muito mais numeroso e importante que o oferecido à Academia Real das Ciências de Lisboa, o qual foi já detalhadamente estudado (Paz Cabello, 2005). Pertencem a este conjunto as duas múmias peruanas actualmente expostas na sede da AAP (Fig. 9), uma de mulher, outra de jovem, pertencentes à Cultura Chancay, ambas do século XVI. Ambas foram dadas a conhecer por São Januário,



Figura 9 – Múmia de mulher. Fotografia que acompanhou o artigo publicado (São Januário, 1885). Peru Cultura Chancay (seg. Cabello, 2005). Foto e colecção do Autor.

indicado que provêm dos campos arenosos situados ao Norte de Lima, nas imediações dos quais existiam ruínas de antigas povoações indígenas (São Januário, 1885). Esta nota deve ter resultado do grande sucesso da exposição pública de tais exemplares, pertencente a uma realidade então completamente desconhecida em Portugal. Com efeito, é previsível o impacto na sociedade lisboeta da exposição pública tantos das múmias, como de todos os estranhos objectos trazidos por São Januário, pela primeira vez expostos em 1880 no Museu do Carmo. Possidónio da Silva apresentou desse evento detalhada descrição, acompanhada de fotografia, sublinhando os serviços de São Januário (Silva, 1880), que então já ocupava uma das duas vice-

-presidências da Associação, em representação da Secção de Arqueologia. Foi também este importante serviço prestado à Associação que justifica a impositão da sua Medalha de Prata, na sessão de 22 de Novembro de 1881 (Carvalho, 1914), depois de a outorga da mesma ter sido decidida em sessão de 12 de Maio de 1880 (Dias, 1907).

Aquela exposição não se limitava, porém, à vertente arqueológica, pois também interessou uma importante colecção mineralógica, constituída por mais de 400 exemplares de minerais do Peru e do México, bem como das minas do Chile. Descobriam-se o destino dado a tais exemplares, a par da colecção ornitológica reunida. Verifica-se, assim, que era um homem plenamente do seu tempo, procurando dar a conhecer na Europa, a riqueza das realidades culturais e naturais presentes e pretéritas de outras regiões não menos ricas desse ponto de vista, com as quais o nosso continente teria forçosamente de estreitar laços de mútua colaboração, ao mesmo tempo que dotava o País de colecções preciosas que poderiam suportar e incentivar a própria investigação científica nesses até então quase completamente ignorados domínios.

O sucesso da empresa americana, bem como as consequências que dela advieram – sublinhe-se que a ratificação, em Lisboa, dos dezasseis tratados celebrados se prolongou por vários anos – que a 20 de Janeiro de 1880, foi elevado a Par do Reino e, logo a 3 de Junho de 1880, Ministro da Marinha e do Ultramar em governo chefiado por Anselmo Braamcamp Freire (1879-1881).

Na actuação de São Januário, para além do interesse científico e cultural de todas as iniciativas pessoais que abraçou ao longo da sua vida, preocupado em fazer elevar o nível escolar e, em geral, da instrução da população, sem esquecer a vertente lúdica, de que é exemplo a criação do Jardim Zoológico de Lisboa de que foi o 1.º Presidente da Direcção, entre 1883 e 1884, transparece componente humanitária. Embora esta fosse quase obrigatória entre a elites dirigentes da época, não deixa de se interessante vê-lo como um dos fundadores da Sociedade Protectora dos Animais, em 1875.

Só veio a casar depois de regressado das quatro partidas do Mundo, desposando a 25 de Novembro de 1885, Dona Maria Clementina de Lancastre Vasconcelos e Sousa Leme Corte Real, filha de Manuel Cardoso Rangel de Quadros Corte Real e de sua Mulher Dona Maria Teresa Leme de Macedo de Lancastre Vasconcelos e Sousa. Pouco tempo depois nasciam as suas duas filhas, como atesta um cartão de felicitações de Camilo Castelo Branco, seu velho Amigo dos tempos em que São Januário exerceu os altos cargos político-administrativos no Norte do País acima referidos (Fig. 10).

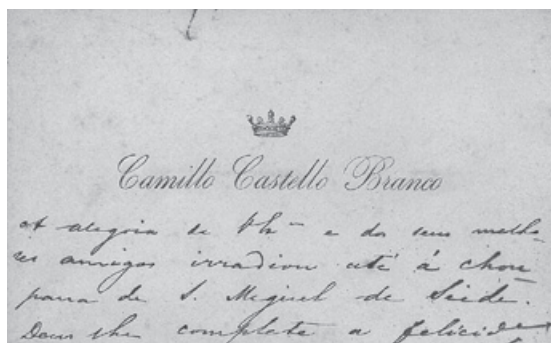


Figura 10 – Cartão autógrafo de Camilo Castelo Branco, felicitando São Januário pelo nascimento de uma filha, datado de 29/10/1887. Foto e colecção do Autor.

Em 1886 integrou de novo o Ministério, desta vez chefiado pelo Conselheiro José Luciano de Castro, sobraçando a pasta da Guerra, tendo nessa qualidade reconhecido e regulamentado a actuação em Portugal da Associação Cruz Portuguesa (n/a, 1896), passando a Ministro e Secretário de Estado honorário em 1888, sendo promovido a General de Brigada em 1893, ano em que foi nomeado Comandante do Corpo de Estado Maior.

Em 1896 foi promovido a General de Divisão, e em 1897, foi nomeado Comandante da 1.ª Divisão Militar (Lisboa), sendo conseqüentemente exonerado do cargo de Comandante da Escola do Exército, que exerceu entre 1896 e 1897 (actual Academia Militar), em cujo Salão Nobre se encontra exposto retrato a óleo. Assumiu a direcção deste estabelecimento em acumulação com a presidência da Comissão encarregue de organizar o Exército Colonial, fazendo uso da sua vasta experiência neste

domínio da Administração, da qual foi exonerado em 1898, aquando da sua passagem à reserva. Foi então louvado pelo excepcional zelo e elevado critério com que desempenhou tão relevante cargo.

Entretanto, constituiu-se como uma das principais figuras da Subscrição Nacional para a Defesa do País, na sequência do Ultimato inglês, formada logo em finais de Janeiro de 1890, tendo assumido o cargo de Presidente da Comissão Executiva, constituída a 7 de Fevereiro desse ano. O extraordinário movimento cívico que abrangeu todo o País, tocando por igual todas as classes sociais, estendeu-se às comunidades de súbditos portugueses espalhados pelo Mundo. Desse esforço colectivo, resultou a aquisição de um navio de guerra construído em Itália, o cruzador Adamastor, bem como de mais três navios de guerra, além de armamento destinado aos voluntários de Lourenço Marques, fundos para as missões ultramarinas e para a Sociedade da Cruz Vermelha. Os trabalhos desse notável grito colectivo de revolta encontram-se espelhados em dois grossos volumes publicados pela Imprensa Nacional, contendo as actas de todas as reuniões havidas, a transcrição da documentação recebida e enviada, bem como a totalidade dos montantes das subscrições e os nomes dos respectivos subscritores. Os trabalhos prosseguiram ininterruptamente durante anos, tendo-se realizado, até 23 de Janeiro de 1899, 156 sessões, terminando a missão da Comissão Executiva com apresentação do Relatório de Gerência, datado daquele dia (n/a, 1897, 1899).

Uma vez mais, esta incumbência difícil e complexa, que abarcou nove longos anos de trabalhos árduos, foi aceite pelo já então Conde de São Januário com o mesmo espírito cívico e de missão demonstrado em todas as anteriores iniciativas em que esteve envolvido, saldando-se, de novo, por notável sucesso. Assim revelou, uma vez mais, o seu carácter generoso para, não obstante a imensidade de tarefas que o assoberbavam, colocar o seu tempo e sabedoria em prol do interesse da Pátria, por dilatado período de tempo, sujeitando-se voluntária e desinteressadamente ao escrutínio da opinião

pública, tantas vezes mesquinha e ingrata: era a figura do Patriota empenhado que, mais uma vez, se impôs, despreziosamente, à consideração dos seus concidadãos, que avaliaram o seu desempenho, uma vez mais, não pelas belas intenções, mas pelos resultados concretamente obtidos.

Quando terminou esta missão cívica, já o Conde de São Januário ocupava, desde finais de 1896, o lugar de Presidente da AAP, conforme acima se referiu, cargo que só viria a abandonar por falecimento, ocorrido a 27 de Maio de 1901, vítima de doença prolongada, na sua quinta de Paço de Arcos. A sua longa permanência no cargo de Vice-Presidente da Associação, dado que a primeira vez que se saiba ter sido eleito remonta a 1880, conforme se indica no volume do Boletim daquele ano (p. 13), os contributos efectivos que se lhe devem para a projecção da Associação, com destaque para a exposição realizada em 1880 com base nos espólios que trouxe da América e que em boa parte ofereceu à instituição, e o prestígio do seu nome, muito útil para resolver questões de carácter administrativo ou financeiro desde sempre existentes, justificam sobejamente a eleição. O seu serviço em prol da agremiação pode medir-se pelas actividades descritas no Boletim da AAP, que continuou a ser regularmente publicado durante a sua presidência, tendo para tal conseguido que as dívidas acumuladas fossem suportadas pelo Estado, tal como se verificou com diversas obras e melhoramentos no seu tempo efectuados, diligências de que se encarregou pessoalmente, e que bem evidenciam o empenho colocado no exercício do cargo, secundado por todos os que o acompanharam na condução dos destinos da Associação. Um dos aspectos debatidos foi o da representação da AAP na legislação sobre os Monumentos Nacionais, no quadro da sua protecção e recuperação, que constituiu um dos aspectos mais relevantes das discussões então havidas, questão que só foi legalmente resolvida em vésperas da República, com a promulgação do diploma que instituiu os primeiros Monumentos Nacionais do Reino (Junho de 1910). Não é este o momento para se caracterizar detalhadamente a acção do Conde de

São Januário à frente da Associação, aliás já objecto de estudo descritivo (Dias, 1903/1904).

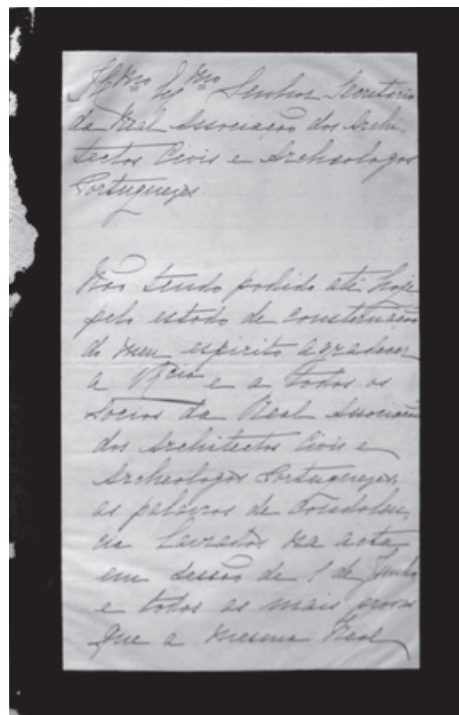
A participação do Conde de São Januário, em Lisboa na recepção a Mouzinho de Albuquerque, a 14 de Dezembro de 1897, ladeando o herói africano (Fig. 11), foi o corolário da sua vida pública. Aquando do seu passamento, foi a sua perda muito sentida no seio da AAP, especialmente por aqueles com ele privaram mais de perto, motivando agradecimento por parte da Condessa (Fig. 12). El-Rei D. Carlos manifestou-lhe então, pela uma última vez, o alto apreço que detinha por aquele que fora

fiel servidor de seu Pai e dele próprio e Membro do seu Conselho, enviando coches para transportarem o féretro (n/a, 1901). Desaparecia um Português que, ao longo da sua operosa vida, tanto em Portugal, como nas difíceis missões de que foi incumbido, soube sempre defender os interesses de Portugal, sem deixar de pugnar pela formação cívica dos seus concidadãos, num raro e desinteressado exemplo dos benefícios que para a comunidade podem resultar do simples – e tão difícil! – exercício da cidadania, tão livre quanto responsável, mas sempre consequente.



Figura 11 (em cima) – Recepção a Mouzinho de Albuquerque, em Lisboa, aquando do seu regresso de África, a 14 de Dezembro de 1897. O Conde de São Januário, então Comandante da 1.ª Divisão Militar, dá a direita ao herói africano. Foto e colecção do Autor.

Figura 12 (à direita) – Carta de agradecimento da Condessa de São Januário, de 28/7/1901, pelas condolências pelo passamento do Conde, verificado a 27/5/1901. Arquivo da AAP. Foto do Autor.



## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Tenente-Coronel Engenheiro Francisco Magro, da Academia Portuguesa da História, pela ajuda na identificação das medalhas e ordens honoríficas possuídas pelo Conde de São Januário, com base na análise das fitas e dos diversos retratos conhecidos.

Ao Senhor Prof. Doutor M. Telles Antunes, Director do Museu da Academia das Ciências de Lisboa, por ter autorizado a fotografia de um dos exemplares mais representativos da coleção pré-colombiana oferecida pelo Conde de São Januário àquela Academia, ainda inédito.

Ao Senhor Dr. D. Marcus de Noronha da Costa (Subserra), da Academia Portuguesa da História, pelo interesse com que acompanhou a preparação deste trabalho.

Ao Senhor Dr. José Morais Arnaud, Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, autor do convite que está na origem deste estudo, por ter franqueado a consulta e reprodução de documentação do arquivo daquela instituição relacionada com a presidência do Conde de São Januário e à Senhora Dr.ª Célia Nunes Pereira, por gentilmente ter facultado cópias das actas de algumas das reuniões associativas com interesse para este estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nota: a biografia do Conde de São Januário, encontra-se muito dispersa, sendo por vezes contraditória, especialmente no respeitante a datas de exercício de cargos, pelo que apenas se utilizaram as referências mais fidedignas. Particularmente útil, sob este ponto de vista, foi o estudo do malogrado Dr. Callapez Corrêa, abaixo elencado.

ALMEIDA, J. Correia de, futuro SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1860) – *Memória sobre a construção de um caes no porto da cidade da Praia na ilha de S. Thiago de Cabo Verde*. Cidadeda Praia: Imprensa Nacional.

ANTUNES, M. T.; CANTINHO, M. (no prelo) – Coleções etnográficas da Academia das Ciências de Lisboa. Colúmbia Britânica, Havai e Peru. Comunicações apresentadas à Classe de Ciências de 16/2/2006 e 21/2/2008. No prelo.

CABELLO, Paz (2005) – América Pré-Colombiana. Precedentes e contexto. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord., *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.553-579.

CANTINHO, M. (2002) – O colecionador Visconde de São Januário: orientalismo e americanismo nas coleções oitocentistas. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 120, p. 63-76.

CARVALHEIRA, R. (1914) – Um feixe de saudades – esboço do elogio histórico dos falecidos sócios Valentim José Correia, Conde de S. Januário. Joaquim José da Nova, Adolpho Ferreira Loureiro e Gabriel Pereira. *Boletim da Associação dos Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série V, 13 (3), p. 91-113.

CORRÊA, F. Callapez (s/d) – *O Paraguai em 1878, visto por um diplomata português: o Conde de São Januário*. Ms. inédito.

COSTA, M. de Noronha da (1996) – Dois Portugueses no Chile: o Visconde de São Januário e o Eng.º José Cordeiro. *Insiviana*. Ponta Delgada. 52 (separata).

DIAS, E. A. da Rocha (1903/1904) – A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes desde o 25.º aniversário da sua fundação. *Boletim de Architectura e Archeologia*. Lisboa. IV Série, 9(11), 1903, p. 18-24; 9(12), 1903, p. 31-36; 10(1), 1904, p. 33-38; 10 (2), 1904, p. 62-67.

GIBERT, E. (1881) – *Le mouvement économique en Portugal et le Vicomte de San Januário, Membre correspondant de la Société Académique Indo-Chinoise*. Paris : Siège de la Société Académique Indo-Chinoise, p. 9.

GONÇALVES, R. O. (1995) – *Terragem Terra e Gente de Paço de Arcos*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s/d) – *São Januário (Conde, Visconde e Barão de)*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada.

LEÃO, A. de (1880) – *O Visconde de San Januário Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior*. Lisboa: Lallemand frères.

MARTINS, J. F. Ferreira (1935) – *Os vice-reis da Índia (1505-1917)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1896) – *Sociedade da Cruz Vermelha Portuguesa*. Estatutos. Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1897, 1899) – *Subscrição Nacional para a defesa do País. Relatório da Comissão Executiva*. Vol. 1 – Documentos (1897); Vol. 2 – Actas das sessões da Comissão Executiva. Contas de receita e despesa. Índice alfabético dos subscriptores (1899). Lisboa: Imprensa Nacional.

N/A (1901) – *Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*. Lisboa. 24, n.º 808, p. 121-122.

N/A (s/d) – São Januário, Conde de, *Dicionário Lello Universal*. Porto: Livraria Chardron.

PINTO, A. da Silva; SANCHES DE BAENA, Visconde de (1991) – *Resenha dos Titulares e Grandes de Portugal*. 2.ª edição. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 2, p. 552-553.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1868) – *Colecção dos Relatórios das visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores*

*Civis, em virtude da portaria de 1 de Agosto de 1866.* Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1872) – *Duas palavras acerca da ultima revolta do Exercito do Estado da Índia.* Bombaim: Typographia de “Economist Steam Press”.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1875) – *Relatório do Governador da Província de Macau e Timor (1872-1874).* Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1876/1877) – A architectura Khmer. Ruínas de Angkor Wat no Reino do Cambodge. *Boletim Architectonico e de Archeologia.* Lisboa. Série II, 1 (12), 1876, p. 183-185; 2 (2), 1877, p. 17-21; 2 (3), 1877, p. 22-43.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1877) – Ponte dos Portuguezes em Nagasaki. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.* Lisboa. Série II, 2 (4), p. 49-50.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1880) – *Missão do Visconde de San Januário nas Republicas da América do Sul.* Lisboa: Imprensa Nacional.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1883) – Documents sur les missions portugaises au Cambodge et en Conchichine. *Bulletin de la Société Académique Indo-Chinoise.* Paris. Série II, 2, p. 183-193.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de (1885) – As múmias do Peru. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.* Lisboa. Série II, 4 (8), p. 142-143.

SÃO JANUÁRIO, Visconde de; MESNIER, P. G. (1877) – *Catalogue des objects d’art des Indes, de la Chine, du Japon et du Sian existant dans la galerie du Vicomte de St. Janvier.* Lisboa: Y. J. de Sousa Neves. O agente leiloeiro foi Dias de Oliveira, conforme consta da capa da publicação.

ZÚQUETE, A. e tal. (1960) – *Nobreza de Portugal*, 3. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, p.320-321.





ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863–2013

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)